



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
CURSO DE LETRAS - PORTUGUÊS**

MARIA CLARA FERREIRA DE FARIAS

**O ESTUDO DO LATIM FAVORECENDO UM ENTENDIMENTO MAIS
ELABORADO DA NOSSA LÍNGUA: OS RADICAIS E SUAS ALOMORFIAS NA
FORMAÇÃO DO LÉXICO PORTUGUÊS**

**CAMPINA GRANDE - PB
2022**

MARIA CLARA FERREIRA DE FARIAS

**O ESTUDO DO LATIM FAVORECENDO UM ENTENDIMENTO MAIS
ELABORADO DA NOSSA LÍNGUA: OS RADICAIS E SUAS ALOMORFIAS NA
FORMAÇÃO DO LÉXICO PORTUGUÊS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso de Letras - Português da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Letras - Português.

Área de concentração: Linguística Histórica; sociolinguística.

Orientador: Prof. Dr. Rinaldo José de Andrade Brandão.

**CAMPINA GRANDE - PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F224e Farias, Maria Clara Ferreira de.

O estudo do latim favorecendo um entendimento mais elaborado da nossa língua [manuscrito] : os radicais e suas alomorfias na formação do léxico português / Maria Clara Ferreira de Farias. - 2022.

21 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Portugêses) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação , 2022.

"Orientação : Prof. Dr. Rinaldo José de Andrade Brandão , Departamento de Letras e Artes - CEDUC."

1. Latim. 2. Estudos históricos da linguagem. 3. Alomorfia.
4. Léxico português. I. Título

21. ed. CDD 410

MARIA CLARA FERREIRA DE FARIAS

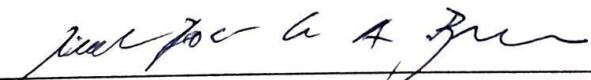
**O ESTUDO DO LATIM FAVORECENDO UM ENTENDIMENTO MAIS
ELABORADO DA NOSSA LÍNGUA: OS RADICAIS E SUAS ALOMORFIAS NA
FORMAÇÃO DO LÉXICO PORTUGUÊS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao Coordenação /Departamento
do Curso Letras - Português da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciado em Letras -
Português.

Área de concentração: Linguística Histórica;
sociolinguística.

Aprovada em: 30/11/2022.

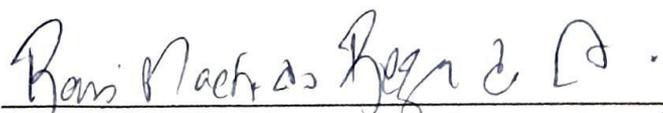
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Rinaldo José de Andrade Brandão (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Ricardo Soares da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Ranieri Machado Bezerra de Mello
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus e à Nossa Senhora dos Milagres; à minha família, especialmente aos meus pais Rosiene e Givanildo, e aos meus irmãos Mateus, Lara e Pedro; ao meu noivo Samuel; aos meus amigos, especialmente à Thais e Rayane, dedico.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	AS MUDANÇAS DO SÉCULO XX E O DECLÍNIO DO LATIM E DOS ESTUDOS DIACRÔNICOS	8
3	LÍNGUA, VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA	12
4	O PAPEL DA ALOMORFIA NA FORMAÇÃO DO LÉXICO PORTUGUÊS	13
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
	REFERÊNCIAS	20

**O ESTUDO DO LATIM FAVORECENDO UM ENTENDIMENTO MAIS
ELABORADO DA NOSSA LÍNGUA: OS RADICAIS E SUAS ALOMORFIAS NA
FORMAÇÃO DO LÉXICO PORTUGUÊS**

**THE STUDY OF LATIN FAVORING A MORE ELABORATED UNDERSTANDING
OF OUR LANGUAGE: THE RADICALS AND THEIR ALLOMORPHIES IN THE
FORMATION OF THE PORTUGUESE LEXICON**

Maria Clara Ferreira de Farias¹
Rinaldo José de Andrade Brandão²

RESUMO

Estudar uma língua sem considerar a sua evolução histórica pode levar uma pesquisa científica na área dos estudos da linguagem a abordar o fato linguístico de maneira limitada. O fenômeno da mudança linguística fez com que o latim passasse, ao longo dos séculos, por mutações graduais, a ponto de originar diferentes e novas línguas, a exemplo do português. O desconhecimento da história da nossa língua, fruto do advento da Linguística moderna e dos estudos sincrônicos da linguagem no âmbito universitário em detrimento dos estudos diacrônicos, pode ser uma das causas da insuficiência da formação dos professores de língua materna. Neste trabalho, objetivou-se evidenciar a presença do latim na língua portuguesa através de uma análise a étimos latinos de origem clássica e vulgar, e de algumas alomorfas, ligadas a transformações fonéticas, ocorridas em seus radicais, fenômeno responsável pela formação e expansão de grande parte do léxico português. Os estudos históricos e o ensino da língua latina mostraram-se pertinentes para a formação do professor de Letras - Português, para o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa em todos os níveis de escolaridade e também como importantes aliados da Sociolinguística na explicação de fenômenos linguísticos e no combate ao preconceito sofrido pelas variantes não-padrão do português brasileiro. Para tanto, fez-se necessário voltar à história do século XX, e fim do século XIX, para compreender o percurso, o declínio e a tentativa de retomada e valorização da disciplina de língua latina nos currículos escolares obrigatórios e nos cursos superiores brasileiros; bem como entender o processo de mudança linguística que resultou nas transformações observadas nos alomorfes latinos. Como referências teóricas, utilizou-se as contribuições de Viaro (2013), Heckler (1994), Bagno (2006), Ilari e Basso (2012), Martelotta (2011), entre outros autores.

Palavras-chave: Latim. Estudos históricos da linguagem. Alomorfa. Léxico português.

ABSTRACT

Studying a language without considering its historical evolution can lead scientific research in the field of language studies to approach the linguistic fact in a limited way. The phenomenon of linguistic change meant that Latin underwent, over the centuries, gradual mutations, to the point of originating different and new languages, such as Portuguese. The lack of knowledge

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Letras - Português pela UEPB. E-mail: mclaraff.lettras@gmail.com

² Prof. Dr. titular da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: rinaldo671980@servidor.uepb.edu.br

of the history of our language, a result of the advent of modern Linguistics and synchronic studies of language at the university level to the detriment of diachronic studies, may be one of the causes of insufficient training for mother tongue teachers. In this work, the objective was to highlight the presence of Latin in the Portuguese language through an analysis of Latin etymologies of classical and vulgar origin, and of some allomorphies, linked to phonetic transformations, which occurred in its radicals, a phenomenon responsible for the formation and expansion of a large number of part of the Portuguese lexicon. Historical studies and the teaching of the Latin language proved to be relevant for the formation of the Literature - Portuguese teacher, for the teaching-learning process of the Portuguese language at all levels of schooling, and also as important allies of Sociolinguistics in explaining phenomena linguistic problems and in combating the prejudice suffered by non-standard variants of Brazilian Portuguese. For that, it was necessary to go back to the history of the 20th century, and the end of the 19th century, to understand the course, the decline and the attempt to resume and value the Latin language discipline in the mandatory school curricula and in Brazilian higher education courses; as well as understanding the process of linguistic change that resulted in the transformations observed in Latin allomorphs. As theoretical references, the contributions of Viaro (2013), Heckler (1994), Bagno (2006), Ilari and Basso (2012), Martelotta (2011), among other authors were used.

Keywords: Latin. Historical language studies. Allomorphy. Portuguese lexicon.

1 INTRODUÇÃO

A *língua*, como já demonstraram diferentes teorias da linguagem, pode ser definida como um objeto social, dinâmico, mutável e histórico. Nesse sentido, por ser um instrumento utilizado para a comunicação entre os seres humanos, ela se encontra em constante transformação ao longo do tempo. De acordo com Martelotta (2011, p. 53), “[...] o que parece impulsionar o movimento de mudança [da língua] são os mecanismos interacionais associados aos usos dessas estruturas³”. Portanto, embora haja também diversos outros fatores que concorrem para a mudança de uma língua, é principalmente no contexto de uso, isto é, na situação real de fala, que a língua passa a se modificar, paulatinamente, devido à busca incessante dos falantes para promover uma comunicação mais eficaz de acordo com seus objetivos. Porém, durante a maior parte do século XX, com o apogeu da Linguística como ciência da linguagem, os fenômenos linguísticos foram estudados a partir de um recorte do tempo, considerando a língua como algo fixo e estático. No entanto, outros estudos, como os de caráter Sociolinguístico ou as abordagens centradas no uso, mostram que as línguas não são completamente uniformes em determinado momento de sua história, pois o fenômeno da **variação**, que ajuda a impulsionar a **mudança** linguística, faz parte da natureza essencial das línguas, devido ao fato delas serem instrumentos de interação.

Os estudiosos da *gramática histórico-comparativa* acreditavam que “[...] uma análise histórica seria mais adequada [...] no trabalho de descrição das línguas” (MARTELOTTA, 2011, p. 31). Esta visão teria sido possibilitada a partir do contato que esses cientistas tiveram com muitas línguas, o que permitiu a eles constatarem o caráter essencialmente mutável delas. Com efeito, o linguista neogramático Karl Brugmann defendia ainda que os mesmos tipos de mudança semântica ocorriam em todas as fases da história de uma língua⁴. No decorrer desta pesquisa, veremos que há uma confirmação deste último princípio, pois as mesmas tendências linguísticas podem ser observadas em diferentes momentos da história da língua portuguesa. A ausência/desvalorização dos estudos diacrônicos pode ser um dos fatores que tem causado uma insuficiência na formação universitária do professor de português, pois estudar uma língua desconsiderando o seu caráter histórico, como tem acontecido frequentemente no ambiente acadêmico, pode levar pesquisas de cunho científico na área da linguagem a terem uma visão limitada do fato linguístico. Este é o caso dos estudos que ignoram a relação entre o português e o latim, ou entre o latim e as línguas românicas e modernas de modo geral. As heranças dessa língua no português são tantas que se encontram presentes em toda a sua estrutura: tanto na formação de grande parte do vocabulário, quanto na morfologia, na fonética e na sintaxe, considerando que a língua portuguesa veio do latim vulgar⁵.

Observamos, porém, nas últimas décadas, um movimento que culminou com a supressão dessa disciplina na escola e nos cursos superiores, ficando restrita aos cursos de Letras-Português — ainda assim com carga horária reduzida. Diante desse cenário, o presente trabalho pretende dar ênfase ao valor do ensino de latim evidenciando a presença dessa língua no português, mediante a análise de alguns radicais latinos formadores de extensas famílias de palavras portuguesas. Além disso, pretende-se ressaltar o valor dos estudos históricos para a formação do professor de língua portuguesa e no processo de ensino-aprendizagem em todos os níveis de escolaridade. Na primeira parte deste trabalho, apresentamos uma série de acontecimentos históricos ocorridos no final do século XIX e durante todo o século XX que teriam colaborado para o surgimento de um movimento que pretendia romper com uma tradição filosófico-cultural greco-romana, base da nossa sociedade ocidental. Esse rompimento teria ocasionado uma mudança de perspectiva também nos estudos da linguagem,

³ As estruturas linguísticas possíveis de serem construídas em um idioma.

⁴ Conferir Martelotta (2011, p. 32).

⁵ Que, diferentemente do latim clássico/literário, já não era uma língua sintética.

com a criação da ciência Linguística e a valorização dos estudos sincrônicos em detrimento dos estudos históricos. No Brasil, também ocorre, ao longo do século XX, uma mudança de perspectiva no campo educacional: o ensino abandona de vez as bases humanistas, herança dos Jesuítas, que foram os responsáveis pela educação brasileira por 210 anos, buscando a laicização do ensino e aderindo a uma concepção tecnicista de educação. Isto acabou culminando na retirada do latim como disciplina obrigatória do currículo escolar e na diminuição da sua carga horária nos cursos universitários, através de debates que questionavam a utilidade do seu ensino naquela nova sociedade e em decorrência de novas legislações, como as Leis de Diretrizes e Bases de 1961 e 1996. No entanto, percebemos, no início do século XXI, um amadurecimento na área dos estudos clássicos no Brasil e também uma tentativa de retomada do estudo da língua latina e dos clássicos por meio de iniciativas individuais e da extensão universitária.

Na segunda parte do trabalho mostramos que, embora o estudo do latim tenha sido excluído quase completamente da cena educacional brasileira, não se pode negar o valor do conhecimento da história da nossa língua para a formação do professor de língua portuguesa e para o processo de ensino-aprendizagem do português em todos os níveis de ensino. Faz-se importante conhecer e compreender as mudanças que aconteceram na língua na passagem do latim para o português e as mudanças que continuam ocorrendo, de maneira gradual, principalmente a partir das variantes linguísticas — que ao ganhar espaço entre os falantes, podem vir a tomar o lugar de formas antigas e concretizar a mudança linguística. Em seguida, analisamos alguns radicais e raízes latinas advindos tanto do latim clássico quanto do latim vulgar, que deram origem a extensas famílias de palavras na língua portuguesa. Nessa perspectiva, o fenômeno da *alomorfia*, processo que pode ou não se apresentar fonologicamente condicionado (nesse caso, instituindo-se uma mudança morfofonêmica), ocorre na língua em diferentes fases de sua história e tem papel importante na expansão do nosso léxico, originando novas palavras. Para esse estudo, as variantes não-padrão do português também mostraram-se importantes e não podem ser desconsideradas, pois ora formam novas palavras a partir de seus radicais, ora justificam-se historicamente, de modo que não devem sofrer preconceitos.

Por fim, nas considerações finais, concluímos que, devido ao valor que os estudos diacrônicos e o ensino do latim — e das obras/autores clássicos, que foram estudados durante séculos, mas hoje foram abandonados e reservados aos especialistas no ambiente universitário — possuem, não devem ser suprimidos pela educação formal, pois isto constitui grande perda para os estudantes tanto no entendimento da história da sua língua e da sua civilização ocidental, quanto em relação aos estudos da linguagem. Perda que tem se refletido nos altos índices de analfabetismo funcional da população brasileira. Além disso, buscamos desmistificar os conceitos de erudito e popular, bem como a ideia de que o ensino do latim é algo ultrapassado e voltado somente para a elite. Nesse sentido, os estudos históricos também apresentaram-se como importantes aliados do professor de língua materna no combate ao preconceito linguístico em sala de aula e na escola.

2 AS MUDANÇAS DO SÉCULO XX E O DECLÍNIO DO LATIM E DOS ESTUDOS DIACRÔNICOS

O século XX trouxe consigo mudanças e inovações que geraram uma espécie de rompimento com aquilo que era conhecido por “tradição”⁶. Segundo Viaro (2013), após as tragédias da Segunda Guerra Mundial, criou-se um tipo de aversão a tudo que lembrasse aquela palavra, pois acreditava-se que o raciocínio produzido ao longo de toda a história da

⁶ Fazemos referência à tradição clássica greco-romana.

humanidade teria sido o culpado do mal que levou o mundo àquela situação de ruínas. Junto a isso, os diversos avanços tecnológicos da virada do século XIX, como a invenção da fotografia e da luz elétrica, por exemplo; a Proclamação da República no Brasil; o advento do Modernismo com a Semana de Arte Moderna de 1922; o crescimento da indústria; além do surgimento de novas correntes no ramo da psicologia, novas ideologias políticas e o desenvolvimento de movimentos sociais também teriam contribuído para esta tentativa de romper com a tradição e de construir, do zero, algo novo.

Os estudos da linguagem também sofreram modificações e atualizações, fato que deu origem ao surgimento da ciência Linguística, que teve como precursor o linguista e filósofo suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913). De acordo com Martelotta (2011), há duas visões principais acerca do conceito e das características de *língua*: a primeira enxerga a língua como algo dinâmico e mutável; a segunda acredita que as línguas são mecanismos regulares que podem ser dominados pelos falantes e delimitados/descritos cientificamente por estudiosos da linguagem a partir de regras bastante previsíveis. A partir do “*Curso de Linguística Geral*” (1916)⁷ de Saussure, a segunda visão de língua, que a considera um sistema autônomo e regular organizado de maneira interna — isto é, com certa independência em relação ao uso que os falantes fazem dela —, foi muito valorizada e adotada pela maioria dos linguistas em seus estudos até os anos de 1970. Saussure estabeleceu uma distinção entre a *língua* e a *fala* (*langue* e *parole*), fazendo da primeira o objeto de estudo da Linguística. Desse modo, “[...] a *langue*, como um sistema abstrato depositado na mente dos falantes, constituiria algo fixo e estático, ao passo que a *parole*, essencialmente múltipla e assistemática, constituiria o ponto que gera todas as modificações na língua.” (MARTELOTTA, 2011, p. 13-14). A visão da língua como algo estático levou Saussure a distinguir *sincronia* de *diacronia*, priorizando a *sincronia* nos estudos da linguagem. Trata-se de uma abordagem que estuda o fato linguístico em um determinado ponto/momento da sua evolução histórica; enquanto os estudos *diacrônicos* tratam de observar a própria evolução histórica de um fato linguístico, ou seja, observam o fenômeno em momentos históricos distintos.

Outra corrente teórica da Linguística, posterior a Saussure, que adotava a mesma abordagem metodológica, isto é, a *sincrônica*, é a Gerativista, criada pelo linguista Noam Chomsky (1928-atual). Por ter uma concepção diferente acerca da linguagem, o linguista estabeleceu uma nova dicotomia entre *competência* e *desempenho*, sendo a *competência* “[...] o conhecimento (mental e inato) que o falante-ouvinte possui da sua língua [...]” e o *desempenho* o “[...] uso efetivo da língua em situações concretas” (VERONEZ, 2016, p. 1134); e definiu a *competência* como objeto de estudo da Linguística. Nesse contexto, os estudos históricos da linguagem foram sendo, cada vez mais, deixados de lado pelos estudiosos e a Linguística, com sua nova abordagem teórico-metodológica foi ganhando espaço. Os estruturalistas já não se preocupavam tanto com o aspecto histórico das línguas, buscando descrevê-las e analisá-las a partir de um recorte sincrônico do tempo, deixando de lado os aspectos externos a elas. De acordo com Viaro (2013, p. X):

O objetivo principal da postura anti-histórica (e também antissemanântica) era defender o território da própria linguística, pois havia um temor de que fosse acusada de não ter objeto de estudo próprio e, dessa forma, acabasse fundindo-se ou subordinando-se à filosofia, à história, à psicologia.

Segundo Martelotta (2011), somente com o advento da Sociolinguística na década de 1970 e, com mais vigor, 1990 é que há uma retomada dos estudos diacrônicos por parte dos linguistas funcionalistas ao analisarem o fenômeno da mudança linguística. Porém, a postura anti-histórica da realidade anterior, junto com a busca pelo rompimento com a tradição,

⁷ Obra publicada postumamente.

deixou marcas profundas no cenário brasileiro. Uma das consequências desses fatos históricos pode ser observada na mudança de rumo pela qual a educação brasileira tem passado desde a expulsão da Companhia de Jesus em 1759 até, mais especificamente, a década de 1960 e os dias atuais. Os jesuítas, de acordo com Sousa *et al.* (2019), tinham uma visão *humanista* da educação e foram os responsáveis por conduzir o ensino no Brasil por mais de 200 anos, amparados inclusive pela chamada “Ratio studiorum”, documento que orientava, regulamentava e unificava o ensino. Os objetivos que pretendiam alcançar com o ensino e a educação estavam voltados para algo que fosse pertinente à dignidade humana — isto é, que contribuísse para o desenvolvimento da inteligência e da alma. Nesse sentido, o estudo das artes e da cultura, especialmente a greco-romana, era não somente o centro do ensino, mas o ponto de partida para a aquisição de outros conhecimentos. A própria língua oficial da Igreja Católica, a que pertencia a Companhia de Jesus, era (e ainda é) a língua latina; portanto, a comunicação na Europa, naquele tempo, era realizada por meio dessa língua e todo o conhecimento científico-filosófico produzido e armazenado no ocidente durante os séculos também se encontrava em latim. Desse modo, o aprendizado dessa língua permitia ao usuário inserir-se em um rico contexto cultural (SOUSA *et al.*, 2019).

A partir da década de 1960, no entanto, pode-se perceber mais nitidamente que a concepção e, conseqüentemente, os objetivos do ensino e da educação no Brasil já não eram mais os mesmos adotados pelos jesuítas. Como foi dito anteriormente, as sociedades passaram por muitas mudanças no século XX, e com o desenvolvimento e valorização da indústria e da ciência, começou-se a questionar a utilidade dos estudos clássicos nesse novo contexto sociocultural, no qual se dava mais importância à qualificação profissional e técnica dos estudantes. Neste cenário, o ensino do latim foi considerado anacrônico e incompatível com os interesses da sociedade. Contudo, vale ressaltar que, segundo Sousa *et al.* (2019), outro fator que levava o ensino humanista a sofrer críticas era o fato deste ter sido, por muito tempo, associado à Igreja Católica. Desde o banimento dos jesuítas em 1759, já se apresentava, como uma necessidade, a laicização do ensino.

Amarante (2013, p. 91) aponta que “[...] o século XX tem sido colocado como um século decisivo para o ensino do latim no Brasil”. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, a Lei Nº 4.024, de 1961, a língua latina deixou de ser uma disciplina obrigatória no currículo da educação básica. No entanto, o autor menciona que todo o período de 1961 a 1971 é marcado por muitas indecisões e discussões em relação ao currículo escolar obrigatório. Somente com a Lei de Diretrizes e Bases Nº 5.692, de 1971, e com o Parecer Nº 853/1971, é que foram definidas as disciplinas obrigatórias dos currículos do 1º e 2º grau; bem como os objetivos do ensino e sua amplitude. Porém, devido ao caráter progressivo da implantação do novo regime, o latim ainda permanecia como disciplina ofertada por algumas instituições mais tradicionais.

Todavia, o Parecer Nº 339/1972, que tratava da parte diversificada do currículo, embora não determinasse as matérias a serem ofertadas pelas escolas, sugere uma lista exemplificativa na qual se reflete, de maneira explícita, o caráter tecnicista do ensino da época — “[...] resultado de uma série de debates que atravessa os anos posteriores à implantação da República, principalmente os anos de 40 e 60, em que diferentes correntes de pensamento defendiam um ou outro currículo para a educação secundária” (AMARANTE, 2013, p. 95). Assim, o ensino humanista foi sendo deixado em segundo plano. Durante esse período, o estudo do latim continuava a ser defendido por autores de materiais didáticos, que passaram a buscar novos públicos consumidores. Além disso, a disciplina ainda fazia parte do currículo de cursos universitários. Com isso, vemos que a matéria não havia sido totalmente esquecida apesar das novas legislações.

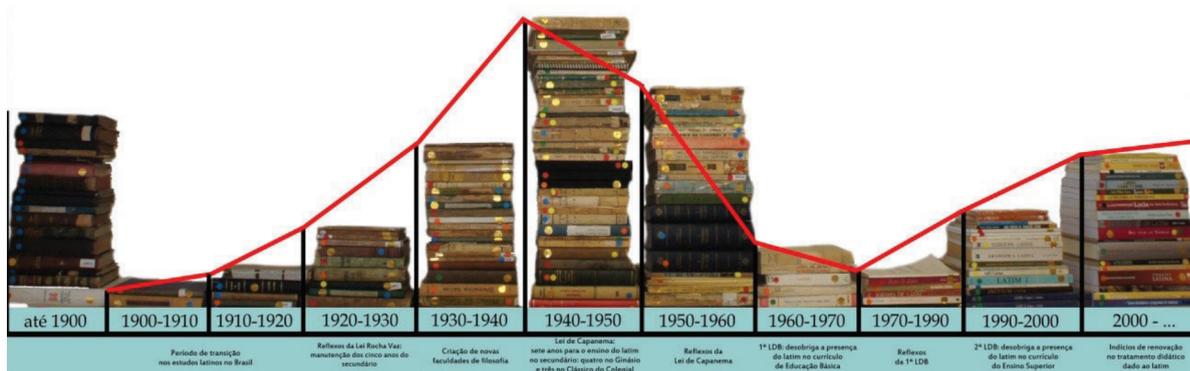
No ano de 1985, com o Decreto Nº 91.372, o então presidente da República José Sarney instituiu uma Comissão Nacional composta por nomes como Antonio Houaiss, Celso

Pedro Luft, Magda Becker Soares, entre outros, para estabelecer diretrizes que promovessem o aperfeiçoamento do ensino-aprendizagem da língua portuguesa, devido a sua importância como veículo de comunicação e fator de integração nacional. No relatório conclusivo da Comissão (p. 31)⁸ foi exposto que:

A comissão reconhece que, no segundo grau, na própria disciplina de Língua Portuguesa, deve haver um número de aulas dedicadas ao estudo das estruturas do Latim, com vistas à compreensão mais lúcida da própria língua portuguesa, em sua história interna e seus recursos mórficos e semânticos. A comissão admite que, na hipótese de se desdobrar o segundo grau em científico e clássico, neste deverá ser reintroduzido o Latim. No ensino superior, o Latim deve ser reabilitado em sua qualidade de matéria plena.

No entanto, Amarante (2013) destaca que as recomendações da comissão não surtiram o efeito desejado e, poucos anos depois, com a LDB de 1996 (Lei Nº 4.024/1996), as universidades passaram a ter poder de decisão para criar, modificar, expandir ou extinguir seus cursos e programas. Com isso, o latim também vai perdendo espaço no Ensino Superior, ficando resguardado especialmente aos cursos de graduação em Letras, e mesmo nesses, com carga horária reduzida. Observamos, porém, nos últimos anos, uma tentativa de retomada do estudo do latim e uma maior valorização e amadurecimento da área dos Estudos Clássicos no Brasil, de acordo com Amarante (2013) — seja por meio de iniciativas de projetos de extensão universitária, como o trabalho exposto por Fortes e Miotti (2014)⁹, ou por iniciativas individuais, a exemplo dos cursos produzidos pelo professor Rafael Falcón¹⁰ e publicados em espaços virtuais da internet.

Na figura abaixo, elaborada por Amarante (2013), podemos observar a produção de livros didáticos de latim no Brasil do século XX ao século XXI¹¹; esta ilustração permite uma visualização mais clara do percurso que a disciplina tem seguido nas últimas décadas. Destacamos, especialmente, o aumento dessa produção no início do século XXI — fruto de iniciativas como as que citamos anteriormente:



Fonte: Amarante (2013).

⁸ Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001734.pdf>> . Acesso em 24 set. 2022.

⁹ FORTES, Fábio da Silva; MIOTTI, Charlene Martins. Cultura clássica e ensino: uma reflexão sobre a presença dos gregos e latinos na escola. **Organon**, Porto Alegre, v. 29, n. 56, p. 153-173, jan/jun. 2014.

¹⁰ Mestre em Letras Clássicas pela Universidade de São Paulo. Informações disponíveis em: <<https://rafaelfalcon.com.br/curso-de-latim-online/>>. Acesso em 24 set. 2022.

¹¹ Acervo *Latinitas*.

3 LÍNGUA, VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA

Apesar das perdas pelas quais o latim, como disciplina curricular, tem sofrido desde o século XX no Brasil, é inegável a contribuição de seu estudo principalmente na formação do professor de língua portuguesa. Os estudos diacrônicos possibilitam um olhar mais amplo sobre a língua enquanto objeto histórico e social. O português que conhecemos hoje passou por uma série de modificações ao longo dos anos para chegar no estado em que se encontra atualmente. Diante disso, a Linguística Histórica nos proporciona compreender as mudanças ocorridas na língua e investigar por que elas aconteceram — e ainda podem acontecer. Dessa maneira, podemos passar a conhecer nossa língua ainda mais profundamente.

Para Martelotta (2011, p. 16), a língua é um “[...] instrumento de interação entre os indivíduos dentro de uma comunidade [...]”. Como essa interação se dá de maneira dinâmica, é comum que os indivíduos estejam constantemente inovando a sua maneira de se comunicar para alcançar seus objetivos. Algumas dessas inovações acabam por ser adotadas e utilizadas com maior frequência pelos membros de uma comunidade, podendo se expandir cada vez mais. Além disso, a própria heterogeneidade da sociedade pode gerar uma língua heterogênea, de acordo com Chagas (2005, p. 151). Porém, no português brasileiro, essa heterogeneidade social e linguística não compromete a unidade da língua; de maneira que essas diferenças não impedem a compreensão mútua dos falantes. Esses fatores, além de outros, acabam contribuindo para o surgimento de **mudanças** linguísticas. Todavia, antes de se concretizar uma mudança, a língua passa por um momento de transição no qual há a presença da **variação**. As variações podem ser definidas como “[...] formas distintas com significado equivalente, no nível do vocábulo, da morfossintaxe e/ou da fonético-fonologia [...]” (MARTELOTTA, 2011, p. 46). As principais formas/tipos de variação são denominadas como: **diacrônica**, **diatópica**, **diastrática** e **diamésica**.

Conforme Ilari e Basso (2006), a variação **diacrônica** se refere àquela que ocorre ao longo do tempo, ou seja, está ligada à evolução da língua. No século passado, utilizávamos determinadas formas linguísticas e hoje fazemos uso de outras formas variantes para dizer a mesma coisa. Temos atualmente, por exemplo, o uso da forma de tratamento *você* (antigo Vossa Mercê) substituindo o pronome de segunda pessoa *tu* em muitas partes do país. O novo uso para expressar a 2ª pessoa do singular vai ganhando espaço entre os usuários da língua e pode, no futuro, se expandir completamente, extinguindo a forma *tu*, de modo a concretizar a mudança linguística. Porém, no momento, as duas formas convivem na língua. Outra ocorrência de mudança linguística, resultado de uma variação diacrônica é o “[...] desaparecimento do latim para o português das declinações, juntamente com o surgimento de uma ordenação mais fixa para indicar as relações sintáticas entre os elementos constituintes das sentenças” (MARTELOTTA, 2011, p. 18).

Por sua vez, a concepção de variação **diatópica** faz referência às diferenças que uma mesma língua apresenta em regiões (espaciais) diferentes. No Brasil, essas diferenças não são significativas a ponto de comprometer a compreensão dos falantes de regiões diferentes, mas elas existem — com maior intensidade entre o português brasileiro e o europeu — e se encontram, principalmente, no âmbito fonético e lexical. Podemos ilustrar essas diferenças comparando o modo como um carioca e um nordestino pronunciam um mesmo fonema (variação denominada de *fonética*), por exemplo; assim como observando as diferentes maneiras de nomear um objeto, uma ação, um sentimento, etc. (variação *lexical*). Os nordestinos chamam de *jerimum* o fruto denominado *abóbora* em outras partes do país; muitos ainda utilizam a forma arcaica *arrodear* para designar a ação de “dar a volta ao redor”; e têm a palavra *gastura* para expressar um sentimento de mal-estar físico. Estes são apenas alguns exemplos de variação diatópica, pois em um país de dimensões continentais como o Brasil, podemos encontrar muitos outros.

Já a variação **diatrática** está ligada às diferenças entre o português falado pelas classes mais escolarizadas e menos escolarizadas. São muitas as diferenças de ordem morfológica, sintática e fonética entre elas, de modo que os autores afirmam se tratar da variação mais séria observada no português brasileiro. Bagno (2006) apresenta uma grande quantidade de fenômenos que distinguem a norma culta utilizada pelos falantes com maior escolaridade das normas não-padrão usadas pelos falantes menos escolarizados, como o uso das marcas de plural, por exemplo. No português padrão (PP), a marcação do plural é feita em mais de uma palavra (As meninas vão...), enquanto nas variedades não-padrão (PNP), o plural é marcado em apenas uma palavra, geralmente o artigo ou a palavra que aparece primeiro na frase (As menina vai), podendo ser um substantivo, um adjetivo ou um pronome. O autor salienta que o PNP possui regras gramaticais próprias e trata as marcas do plural como algo redundante e desnecessário, visto que consegue atingir os seus objetivos comunicativos marcando apenas uma palavra. Porém, apesar disso, as semelhanças entre o PP e o PNP são muito maiores do que as suas diferenças.

Por fim, acerca da variação **diamésica**, pode-se dizer que está relacionada às distinções entre a língua falada e a língua escrita — sendo estas já muito discutidas por diversos autores, inclusive por Saussure, na dicotomia entre *langue* e *parole*. Podemos destacar, por exemplo, as diferenças em relação ao planejamento do discurso, pois a escrita normalmente é mais planejada que a fala, visto que as situações comunicativas do dia a dia nas quais a fala se manifesta são mais dinâmicas, não permitindo que os sujeitos tenham tempo para pensar na melhor maneira de construir e expor o seu discurso. Além disso, na fala temos maior presença de redundâncias e reformulações de ideias/discursos do que na escrita, na qual procuramos eliminar essas ocorrências.

Quando estudamos a língua a partir de um recorte sincrônico do tempo, como faziam as correntes estruturalistas e gerativistas, é ingênuo pensar que ela seja completamente homogênea em um determinado momento de sua história, desconsiderando toda a sua heterogeneidade. Portanto, as línguas estão em constante transformação; todavia, quando as mudanças ocorrem, isso se dá de maneira gradual e parcial, não abruptamente — de modo que não alterem todo o sistema linguístico, tornando-o irreconhecível. As novas variantes podem coexistir com formas antigas por um longo período de tempo, mas nunca tomarem o lugar delas; ou podem vir a ganhar cada vez mais espaço entre os falantes e se expandir para outros contextos e situações comunicativas, de maneira que as formas antigas vão desaparecendo e as novas suplantando o seu espaço. É assim que ocorre o processo de **mudança** linguística segundo a Sociolinguística. Para que se mantenha a substância da língua através do tempo, entretanto, há forças que são opostas às novas variantes; e isso, além de poder provocar o que conhecemos por preconceito linguístico, torna o processo de mudança mais lento.

4 O PAPEL DA ALOMORFIA NA FORMAÇÃO DO LÉXICO PORTUGUÊS

A mudança linguística, decorrente da variação linguística, tornou possível que radicais provindos do latim clássico e vulgar dessem origem a outros (novos) radicais na passagem para a língua portuguesa. Esse processo aconteceu a partir de transformações fonéticas, denominadas de *metaplasmos* pela antiga Gramática Histórica, que, posteriormente, foram incorporadas à escrita. Entender os conceitos de *raiz*, *radical*, *afixação* e também de *morfema* e *alomorfia* nos ajudarão a compreender de que maneira o conhecimento dos radicais latinos, formadores de uma grande variedade de palavras portuguesas, pode contribuir para o processo de ensino-aprendizagem da língua e para a formação do professor de português.

A concepção de *raiz* está ligada a uma metáfora botânica, mas é definida por Viaro (2013, p. 3) como “[...] um caroço em volta do qual está uma fruta ou como uma semente de

onde nasce a palavra”. Nesse sentido, a raiz é uma pequena parte da palavra, que às vezes pode ser apenas um único som, na qual se identifica o seu núcleo etimológico — isto é, a sua origem histórica. O *radical*, segundo o autor, seria uma espécie de raiz expandida, acrescida de afixos, pequenas unidades significativas. Esse processo é denominado de *afixação*. Os afixos que vêm antes da raiz são chamados de prefixos e os que vêm depois da raiz são os sufixos. Na palavra *inter.ced.ẽ.re* (interceder), por exemplo, sendo a raiz \surd *ced*, temos *inter* como prefixo, *ẽ* e *re* como sufixos.

Já os *morfemas*, de acordo com Heckler (1994), seriam unidades formais mínimas significativas. Desse modo, radicais e afixos são exemplos de morfemas, assim como vogais temáticas e desinências de gênero, número e modo-temporais. Os *alomorfes*, por sua vez, são variações de um morfema; “[...] a forma varia (modifica-se), porém o significado fica constante” (HECKLER, 1994, p. 9). Em *am-ig-o* e *in-im-ig-o*, por exemplo, as raízes \surd *am-* e \surd *im-* são diferentes em sua forma, mas o seu significado lexical é o mesmo; portanto, são alomorfes. A alomorfia pode acontecer na raiz das palavras e também em seus afixos. Podemos observá-la nos prefixos *in-imigo*, *i-legítimo* e *im-perfeito* (que indicam uma contrariedade ao significado das raízes das palavras); nos sufixos derivacionais *irm-ão* e *irm-an-ado*, *amá-vel* e *ama-bil-idade*; e nos sufixos flexionais *fal-a-re-mos* e *fal-a-rá-s*. Este fenômeno linguístico está atrelado às mudanças fonéticas que ocorreram em diferentes momentos da história da língua.

[...] Uma palavra pode, ao longo do tempo, mudar de forma por meio dos metaplasmos, mudar de significado por meio das metáforas ou metonímias, adquirir inúmeros significados [...] por meio da *polissemia* (proliferação de acepções, a partir de um sentido básico), mas também pode divergir de forma, criando várias palavras *doublets*, ou convergir, adquirindo a mesma forma de outras palavras, criando *homônimos*. Nem sempre é fácil decidir o que é polissemia e o que é homonímia sem o auxílio dos estudos históricos (VIARO, 2013, p. 33).

Segundo o autor, as palavras que mais sofreram alterações na passagem do latim para o vernáculo são chamadas de *populares* ou *vulgares*. Já aquelas que sofreram poucas ou nenhuma modificações são denominadas de *eruditas*. Existem ainda as palavras *semieruditas*, de origem culta, porém, popularizadas entre o povo, principalmente por intermédio da religião Católica e da literatura. Dessa maneira, os conceitos de erudito e popular não estão, como se costuma pensar, ligados à ideia de algo que é culto/superior ou a algo que é inferior por ser do povo. Heckler (1994) afirma que o português possui, aproximadamente, 60 mil palavras derivadas diretamente do latim, o que constitui 59% do nosso léxico. A outra parte do nosso vocabulário é composta por palavras de formação vernácula como *tatu*, *piranha* (o peixe), *urubu* e *jacarandá...*; ou oriundas de empréstimos de línguas estrangeiras modernas, a exemplo de *pizza*, *lasanha*, *estrogonofe*, *hambúrguer*, *sushi*, etc.

Os radicais alomorfes CAVAL- e CAVALH-, de origem popular, ou seja, provenientes do latim vulgar, formaram palavras como *cavalo*, *cavalheiro*, *cavalaria*, etc. Já os radicais EQU- e EGU-, étimos de origem clássica (com transformação por sonorização da medial intervocálica /k/ > g), formaram palavras como *égua*, *equino*, *equitação*, etc. A palavra latina APEX, raiz \surd *ap-*, que significa ponta (aguda), muito provavelmente tem relação com a palavra APIS (abelha), visto que este inseto possui um ferrão pontudo. A palavra portuguesa “abelha” teria sido derivada diretamente da forma APICULAM¹² (abelhinha), na qual -CULA é um sufixo latino que expressa o diminutivo, muito utilizado no latim popular. Desse modo, APICULAM passou pelas seguintes transformações (metaplasmos) para chegar à sua forma

¹² Conforme Viaro (2013).

atual: síncope¹³ do *u* breve (> √*ap.i.cl+a.m*), sonorização¹⁴ da consoante intervocálica *p* (> *b*), passagem do *i* breve para *e* por assimilação, e palatização do *cl* em *lh*. Assim como a raiz √*ap*- deu origem a palavras cultas como *apícola*, *apicultor*, *apicultura*, *apívoro*, o alomorfe √*ab*- originou *abelha* e outras palavras compostas como *abelha-rainha*, *abelha-operária*, *abelha-mestra*, etc. A raiz √*reg*- deu origem a uma grande família de palavras a partir de seus alomorfes REI-, RE- e R-, como *rei* (*regem* > **ree* > *rei*), *reino*, *reinado*, *reitoria*, *real*, *realiza*, *realidade*, *realismo*, *regente*, *reger*, *região*, *regalia*, *regalo*, *regra*, *rainha* etc. Da raiz √*lac*- e de seus radicais alomorfes LACT-, LEIT-, LAÇ-, LAT-, vieram *lactação*, *lactante*, *lactose*, *lácteo*, *leite*, *aleitamento*, *leitão*, *leiteira*, *leitosa*, *leitoso*, *laticínio*, *látex*, *lático*, etc. A raiz √*vi*-, que tem origem no verbo latino VIVO (viver), o qual também deu origem à palavra VITA > “vida” (por sonorização do *t* na passagem para o português) formou, junto com seus radicais alomorfes VIT-, VIV- e VID-, palavras como *vital*, *vitalidade*, *vitalício*, *vitamina*, *avivador*, *avivamento*, *convivência*, *reviver*, *reavivar*, *viável*, *vianda*, *vida*, *videiro*, *vivaz*, *vívido*, etc.

Podemos perceber que o fenômeno da alomorfia teve papel muito importante na origem e expansão do léxico português. As variantes não-padrão da língua portuguesa, embora desprestigiadas socialmente, também são pertinentes para a formação lexical, pois seus radicais deram origem a palavras aceitas pela sociedade. Nesse sentido, os estudos históricos permitem mostrar que muitas formas não-padrão, além de terem uma explicação lógica e científica (linguística, histórica, sociológica e/ou psicológica) para existir, de acordo com Bagno (2006), já apareceram em outras fases da história da língua, caracterizando-se, portanto, como *arcaísmos linguísticos*. O verbo “fazer”, por exemplo, que em latim teria a forma dos radicais do *infectum* FACI- e do *perfectum* FEC-, deu origem a uma extensa família de nomes por meio de alomorfes, como: *faço*, *fazes*, *farei*, *fez*, *fizeste*. Na fábula “*O rato, a rã e o minhoto*” (HAUY, 1994), podemos encontrar ainda a forma *feze* (fez), que seria uma evolução da 3ª pessoa do pretérito perfeito do indicativo do verbo latino FECIT. Para chegar à forma arcaica *feze*, o verbo passou pelas seguintes mudanças: sonorização da surda intervocálica *c* (> *z*), apócope¹⁵ da linguodental *t*, e passagem do *i* breve para *e*, que posteriormente também desapareceu por apócope, pois, segundo o autor, a fricativa alveolar sonora *z* tende a formar sílaba com a vogal anterior. A partir do significado básico que os radicais carregam, também foram originadas palavras como *desfazer*, *afazer*, *fato*, *factível*, *afeição*, *desfeito*, *faculdade*, *difícil*, *dificuldade*, etc. Um fato interessante é que ainda hoje existe uma variante do verbo “fazer” utilizada por pessoas do interior do nordeste, de baixa escolaridade e que fazem parte de uma geração mais antiga que se assemelha à forma arcaica *feze*; trata-se da forma “feize” (*e* final com som de *i*), usada justamente como 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo.

Um outro caso que merece atenção é o dos verbos “voar” e “avoar”, que possuem étimos latinos diferentes: o primeiro provém do verbo VOLO e a segunda forma é derivada de ADVOLO, que significa “voar para” em decorrência da preposição latina AD (que significa *lugar para onde* nesse contexto). A união da preposição *a* em “avoar”, assim como em latim, concede um significado mais específico ao verbo. O radical AVOA- deu origem a palavras que são aceitas por todos como *avoado*, *avoador*, *avoamento*, *avoaçar*, etc. A preposição *a* também se uniu a outros verbos, perdendo, no entanto, o seu sentido e função originais, o que ocasionou um processo de *generalização*¹⁶, gerando formas arcaicas como: *alumiar*, *alimpar*, *ajuntar*, *arrodear*, *alembra*, *assoprar*, *amostrar*, *alevantar*, entre outras. Atualmente essas

¹³ Desaparecimento de qualquer som no meio da palavra (idem).

¹⁴ Transformação de um som surdo em um sonoro (idem).

¹⁵ Desaparecimento de um som no final da palavra (idem).

¹⁶ Quando uma regra deixa de ser específica para alguns casos e passa a ser aplicada em todos (BAGNO, 2006).

formas são mal vistas e desprestigiadas pela sociedade, embora já tenham feito parte da norma literária clássica — algumas delas foram utilizadas, inclusive, por Camões em “*Os Lusíadas*”, obra de 1572:

“Vinham as claras águas **ajuntar-se**” (Canto IX, 55)
 “Mas **alembrou-lhe** uma ira que o condena” (Canto X, 45)
 “**Alevantando** o rosto assim dizia” (Canto III, 3)
 “**Alimpámos** as naus, que dos caminhos” (Canto V, 79)
 “A noite negra e feia se **alumia**” (Canto VI, 76)
 “Andar-lhe os cães os dentes **amostrando**” (Canto I, 87)
 “Mais abaixo os menores se **assentavam**” (Canto I, 23)
 “Que em vão **assopra** o vento, a vela inchando”¹⁷ (Canto II, 22)

Alguns gramáticos, na tentativa de definir uma língua oficial, decidiram “[...] eliminar da norma-padrão alguns daqueles verbos em *a-*, porque não correspondiam a nenhum verbo original latino nem guardavam os sentidos que a presença da preposição impunha” (BAGNO, 2006, p. 145). Por isso, essas formas caíram em desuso e, conseqüentemente, perderam o seu prestígio social. Segundo Bagno (2006), as mudanças que ocorrem na norma-padrão da língua ao longo do tempo não chegam às populações de menor escolaridade com tanta rapidez; e também não exercem grande influência sobre elas, pois estes falantes têm pouco contato com a literatura, os meios de comunicação de massa ou com a própria escola, que difundem a norma-padrão, de modo que ainda hoje as formas arcaicas são conservadas e utilizadas pelo povo. Nessa perspectiva, os estudos diacrônicos apresentam-se como sendo muito úteis no combate ao *preconceito linguístico*¹⁸, pois podem ajudar a explicar certos usos e fenômenos que ocorrem nas variedades não-padrão da língua e são considerados “erros”.

Um outro exemplo de variante não-padrão que já foi aceita em outras fases da língua, porém hoje não mais, advém da palavra “*flor*”, do latim FLOS (nominativo singular). Na passagem de FLOS para o caso acusativo, ocorre o fenômeno que se denomina *rotacismo*¹⁹, de modo que *FLOSEM > FLOREM. Como a maioria das palavras portuguesas tiveram origem nas formas do acusativo latinas, o radical FLOR- deu origem à *flor, flora, florada, floral, florear, florescer, floricultura, florido, florir, florista*, etc. Repetindo-se a tendência da língua ao rotacismo, originou-se a variante não-padrão *fror* (pronunciada *frô*). Esta forma, entretanto, também pode ser encontrada em textos datados dos séculos XIII e XV. Na cantiga “X” das “*Cantigas de Santa Maria*” — cantigas de louvor à Virgem Maria atribuídas ao rei de Leão e Castela Don Alfonso X, o Sábio —, produzida por volta do século XIII e escrita em galego-português, segundo Cortez e Durlo (2016, apud GOUVÊA; OLIVEIRA, 2020), temos os versos “*Rosa das rosas e Fror das frores*”, “*e Fror d,alegria e de prazer*”. Já na narrativa “*Bosco deleitoso*” (autor desconhecido), texto datado de 1515, porém com marcas linguísticas muito mais antigas, provavelmente do fim do século XIV ou início do século XV, tem-se o trecho “8. *Seendo eu, mesquinho pecador, em tal estado, ia muito amiúde andar e espaçar per uñ campo mui fremoso, comprido de muitas ervas e froles de boõ odor*”. No Dicionário da língua Portuguesa Medieval (SILVA, 2009, p. 142), encontramos as formas *frol* (flor), *frolido* (florado), *frolir* (florir). Com isso, vemos que embora a forma “*fror*” seja desvalorizada atualmente, ela existia no português antigo; e se hoje a forma correta/padrão é “*flor*”, talvez tenha sido por uma tentativa de escritores e gramáticos de recuperar a forma latina original da palavra (BAGNO, 2006).

¹⁷ Versos retirados de Bagno (2006); grifos nossos.

¹⁸ Que, de acordo com Bagno (2006), é no fundo um preconceito social.

¹⁹ Transformação fonética de um som, especialmente o L ou uma sibilante sonora como S, pelo R alveolar.

Muitas vezes, a atitude dos gramáticos e da escola é a de defender uma pureza linguística; diminuindo e condenando as variedades não-padrão da língua. Porém, ao recorrer ao passado da língua para explicar determinados fenômenos, o professor de língua portuguesa pode expor a incoerência atrelada aos julgamentos de “certo” e “errado” que são dirigidos às normas não-padrão da língua, dado que esses fenômenos se justificam historicamente. Além disso, faz-se importante ir de encontro à ideia vigente na sociedade de que escrever bem é escrever “correto” (no que se refere à ortografia), pois, como observamos na história da língua portuguesa, a ortografia passa por mudanças com certa frequência, em decorrência, principalmente, de acordos políticos entre os países que falam português, visando a uniformização e unificação da língua. É necessário, portanto, que o professor conheça a história da língua e a competência linguística dos alunos, isto é, as suas dificuldades e necessidades e, a partir disso, busque meios para que elas sejam supridas. Para tanto, como temos visto, os estudos históricos são muito pertinentes no processo de ensino-aprendizagem da língua em todos os níveis de escolaridade.

O rotacismo é um fenômeno comum na história do português, sendo responsável por outras mudanças linguísticas como *ecclesia* > *igreja*, *plaga* > *praia* ou *sclavu* > *escravo* na passagem do latim para o português. A raiz $\sqrt{cles-}$ da palavra latina ECCLESIA, incorporada ao latim cristão do grego EKKLESIA, junto com os alomorfes CLER-, CLIT-, CHAM- e CLAM-²⁰ deram origem a palavras como *eclesiástico*, *clerical*, *clérigo*, *clero*, *paráclito*, *chamar*, *chamamento*, *aclamação*, *clamor*, *proclamação*, *reclamação*, etc. No texto arcaico “Orto do esposo”, do fim do século XIV ou início do século XV, podemos encontrar a forma *crelizia*: “e mādou a toda a crelizia e ao poboo da cidade que esteuesem ã oraçõ e em geiũũ per tres dias ã hũũ oratorio de Sancta Maria, que estaua em hũũ monte” (MALER, 1956, p. 92). No português arcaico, podemos encontrar as formas *cregos* (clérigos), *crelegiastico* (eclesiástico), *creligo* (clero), *crelizia* (classe clerical) (SILVA, 2009, p. 93), fruto da tendência ao rotacismo. Além disso, pode-se perceber outra tendência da língua portuguesa: transformar palavras proparoxítonas em paroxítonas (*clérigo* > *crego*). Este fenômeno de contração de palavras proparoxítonas em paroxítonas ocorreu também em muitas palavras na passagem do latim clássico para o português, a exemplo de: *asinu* > *asno*, *barbaru* > *bravo*, *populu* > *povo*, *miraculu* > *milagre*, etc. Existe nas variedades não-padrão do português uma tendência a este fenômeno, pois o ritmo da língua, devido a sua dinamicidade e rapidez, é paroxítono. Por isso, as poucas palavras proparoxítonas que existem hoje no português chegaram à língua em outros momentos históricos, por intermédio, principalmente, da literatura. Essas palavras, ao serem utilizadas pelos falantes das variedades não-padrão, transformam-se da seguinte maneira: *árvore* vira *arvre*, *fósforo* vira *fósfro*, *música* vira *musga*, etc. Essas variantes, de acordo com Bagno (2006), não devem ser consideradas “erradas”, pois, como temos observado a partir dos exemplos do português arcaico, elas apenas refletem tendências naturais da nossa língua.

Por fim, observemos um último exemplo de como a alomorfia contribuiu para a formar e expandir o vocabulário português. Conforme Viaro (2013), o verbo latino CAPĒRE (“pegar”), por meio da sua forma no particípio CAPTUS, gerou o radical CAPT- e CEPT-, por apofonia²¹. Na passagem para o português, o *p* do radical transformou-se em *b* por sonorização, ou em *i* dando origem a novos alomorfes: $\sqrt{cab-}$ e $\sqrt{ceb-}$, $\sqrt{cei.t-}$, respectivamente. Por síncope, o *p* e o *i* caem e formam $\sqrt{ca.t-}$, $\sqrt{ce.t-}$ e $\sqrt{ca-}$. O *t* do particípio também pode transformar-se em *ç* por lenização²², formando $\sqrt{cap.ç-}$, $\sqrt{cep.ç-}$ e $\sqrt{cei.ç-}$. A partir disso, originaram-se as palavras *perceber*, *perceptível*, *percepção*, *receber*, *recepção*,

²⁰ Segundo Heckler (1994), EKKLESIA vem do grego $\kappa\alpha\lambda\acute{\epsilon}\omega$, que significa “chamar para a assembleia”.

²¹ Troca na vogal de uma raiz, quando há a união de um prefixo a uma raiz ou radical (VIARO, 2013).

²² “[...] Transformação de um som plosivo em outro fricativo” (VIARO, 2013, p. 26).

receita, captar, cativoiro, caça, cativante, decepção, aceitar, conceber, Conceição, anticoncepcional, etc. Desse modo, o sentido básico da raiz se estendeu e a língua criou novos significados a partir dele. Ademais, o autor aponta ainda que a permanência da consoante *p* em uma palavra é uma marca de sua origem erudita. Por outro lado, a mudança de *p* para *i* pode indicar que se trata de uma palavra semierudita, a exemplo de *Conceição* — palavra de origem erudita, mas popularizada entre o povo pelo Catolicismo —, que tem uma forma mista, não sendo erudita nem popular.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento da gramática histórica e do latim tem se mostrado cada vez mais importantes nas discussões teóricas e acadêmicas, porém muitos professores que lecionam essa disciplina não têm um conhecimento profundo acerca dela (VIARO, 2013). É comum que o professor de língua materna recém-formado encontre dificuldades para desenvolver um ensino coerente com o que foi aprendido na universidade, porque muitos desses conhecimentos mostram-se, na realidade, desconexos e obscuros para a prática pedagógica; por isso, esses docentes acabam por desconsiderar muito do que foi estudado no ambiente acadêmico e se voltar para práticas de ensino já bastante criticadas pela universidade (ILARI; BASSO, 2006). O abandono dos estudos históricos até os anos 70 do século passado, tempo em que se deu o ápice dos estudos sincrônicos no Brasil, acabou favorecendo a retirada do latim das escolas. O professor Rafael Falcón (2016) aponta que, no processo de declínio do ensino de língua latina no Brasil, primeiro os autores clássicos perderam muito de sua importância por serem considerados “difíceis”; depois o ensino da gramática, que esteve ligado ao ensino de latim por muito tempo, foi encarado como um “fardo”; em seguida, a disciplina de latim foi perdendo espaço, até ser suprimida quase completamente do ambiente educacional brasileiro.

Para Viaro (2013), a consequência imediata dessa decadência do ensino pode ser vista no desconhecimento da história da língua portuguesa, que se mostra tão importante para a formação do professor de português e para os demais estudantes. Além disso, o acesso à literatura e às línguas clássicas, que compunham a base do currículo no modelo humanista, hoje tem se tornado, cada vez mais, reservado aos especialistas no âmbito acadêmico. É certo que atualmente há projetos e pessoas empenhadas na busca por novas estratégias para o ensino dos clássicos com vistas à sua reinserção na escola, mas a influência dessas pesquisas ainda parece ser pequena diante do contexto em que nos encontramos. Faz-se necessário desmistificar as visões de língua que tratam o português como complexo e a língua latina como anacrônica ou língua de elite, pois essas concepções perpetuam injustiças sociais e impedem a ascensão dos sujeitos. Como vimos, o estudo do latim não se limita ao que é culto, erudito ou gramatical. O léxico português é formado tanto por palavras que têm origem clássica, quanto por palavras advindas do latim vulgar/popular; ou ainda por palavras arcaicas, formadas no português antigo. Além disso, os conceitos de erudito e popular não estão, como se costuma pensar, ligados à ideia de algo que é culto/superior ou a algo que é inferior por ser do povo. A partir desse conhecimento histórico, portanto, o professor de língua pode explicar ao aluno por que o feminino de “cavalo” não é *cavala; ou por que não é certo criticar quem fala “fósforo” em vez de *fósforo*, “avovar” em vez de *voar*, etc. As normas não-padrão, ao contrário do que se pensa, possuem regularidades próprias que encontram explicação na história e na ciência (BAGNO, 2006).

Como vimos, o étimo latino deu origem à maior parte do nosso léxico. As mudanças linguísticas, que ocorrem por inúmeros fatores e fenômenos, propiciaram a transformação dos radicais latinos, e, conseqüentemente, o surgimento de novas palavras. Diante disso, esse estudo e os estudos diacrônicos, de modo geral, podem ser muito úteis à formação do

professor de português e no processo de ensino-aprendizagem da língua em todos os níveis de escolaridade, pois, como aponta Viaro (2013, p. 4), o conhecimento etimológico das raízes formadoras de palavras auxilia tanto em questões relacionadas a ortografia — de modo que sabendo a origem latina da palavra *insípido*, por exemplo, não se pensará em escrever este vocábulo com *c* em vez de *s* —, quanto ampliando o vocabulário passivo do sujeito e ajudando a transparecer a relação entre palavras que pareciam distantes. Não é clara, por exemplo, a relação entre o substantivo *receita* e o verbo “pegar” na sua origem latina CAPĒRE, mas o ato de “pegar” está ligado a uma multiplicidade de sentidos: quando um médico receita remédios, o paciente precisa *adquiri-los*; em uma receita culinária, estão expostos os ingredientes que precisam ser pegos para a sua preparação; já a Receita Federal tem o papel de receber tributos como uma de suas funções etc.

No entanto, a importância desses estudos não se restringe somente às questões que envolvem a semântica ou a ortografia. Ilari e Basso (2006) afirmam que o professor de língua materna, principalmente no contexto sociocultural brasileiro, marcado por grandes desigualdades sociais, tem um papel fundamental na luta contra o preconceito linguístico presente na sociedade e na escola. Ao discriminar e excluir as variantes não-padrão brasileiras utilizadas pelos alunos das aulas de português, o professor pode favorecer um afastamento ainda maior do interesse deles pela disciplina — que já é intimidante por ser considerada “difícil” e por, muitas vezes, escapar à compreensão dos alunos devido às metodologias de ensino ineficazes adotadas pelos professores. É necessário ao professor de língua portuguesa saber como lidar melhor com essas variedades linguísticas, de maneira a não desprezá-las, mas utilizá-las como ponto de partida para o ensino da norma padrão, que é, sem dúvida, importante para a inserção e o acesso dos indivíduos aos bens “[...] econômicos, políticos e culturais reservados às elites dominantes” (BAGNO, 2006, p. 33) em nosso país; e porque é na variedade culta que “[...] foi escrita a maior parte dos textos que todos precisam conhecer para desempenhar de forma plena seu papel de cidadão” (ILARI; BASSO, 2006, p. 231). Desse modo, a análise de formas consideradas “erradas” e desprestigiadas no meio social mostra que muitas delas se justificam, sendo resultado da ação de tendências antigas na língua — essas tendências são contidas pela escola, pela norma-padrão, mas “[...] encontram livre curso na boca do povo” (BAGNO, 2006, p. 103). Sendo assim, não devem ser excluídas e rechaçadas pela escola e pela sociedade. Ao perceber que os mesmos fenômenos se repetem na história, nada impede que a língua passe por novas mudanças, ainda que paulatinamente. Heckler (1994) afirma que os estudos diacrônicos acompanham o dinamismo da língua. Dessa maneira, assim como o mundo passa por mudanças ao longo do tempo, as línguas também se modificam.

Para concluir, parafraseando Sousa *et al* (2019), se a escola (e a Universidade) tem o papel de formar cidadãos e é, no Brasil, a principal responsável pela educação formal, não deve tirar do aluno a oportunidade de conhecer a história da civilização em que vive; os textos “fundadores” que foram estudados durante séculos, e seus respectivos autores. Ademais, também não deve ignorar o valor do estudo do latim como instrumento para acessar os clássicos e para estudar a linguagem, bem como a sua presença no português, porque isto tem sido uma grande perda para os estudantes. Como afirma Delgado (1959, p. 153 apud FERREIRA, 2017, p. 128), no mundo em que vivemos atualmente, o conhecimento mais erudito e abstrato deve dar lugar ao conhecimento prático e funcional. Porém, podemos ver, a partir das pesquisas que mostram a situação da educação brasileira, que as novas abordagens teórico-metodológicas adotadas no ensino desde o século passado não têm produzido muitos frutos.

REFERÊNCIAS:

- AMARANTE, J. O latim no Brasil após a segunda metade do século XX e a emergência de novos materiais didáticos. *In*: CRAVO, C.; MARQUES, S. (coords.) **O ensino das línguas clássicas: reflexões e experiências didáticas**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; São Paulo: Annablume, 2017.
- BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**: novela sociolinguística. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHAGAS, Paulo. A mudança lingüística. *In*: FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à Língua. I. Objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 141-163.
- FALCÓN, Rafael. Sobre a arte de ler em latim. **Rafael Falcón: estudos clássicos**. 2016. Disponível em:
<<https://rafaelfalcon.com.br/artigos/sobre-a-arte-de-ler-em-latim/#:~:text=Nele%2C%20abordo%20a%20hist%C3%B3ria%20do,fundamento%20de%20todo%20o%20resto.>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- FERREIRA, Fátima. Ensinar e aprender latim no séc. XXI. **Boletim de Estudos Clássicos**, [S. l.], n. 62, p. 125-137, 2017. DOI: 10.14195/2183-7260_62_8. Disponível em:
<https://impactum-journals.uc.pt/bec/article/view/62_8>. Acesso em: 20 nov. 2022.
- GOUVÊA, Lidiana Ferreira; OLIVEIRA, Katia Aparecida da Silva. As cantigas de Santa Maria de Alfonso, El Sábio: a representação mariana na Cantiga X. **Revista (Entre Parênteses)**, v. 9, n. 1, 30 set. 2020.
- HAUY, Amini Boainain. **História da Língua Portuguesa**. I. Séculos XII, XIII e XIV. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994.
- HECKLER, E.; BACK, S.; MASSING, E. R. **Estrutura da palavra**: famílias, morfologia, análise, origem. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994, 416p.
- ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O Português da Gente**: a língua que estudamos e a língua que falamos. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- MALER, Bertil. **Orto do esposo**. Texto inédito do fim do século XIV ou começo do XV. Edição crítica com introdução, anotações e glossário. Rio de Janeiro: INL, 1956.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Mudança linguística**: uma abordagem baseada no uso. São Paulo: Cortez, 2011.
- PINTO-CORREIA, João David. Bosco deleitoso. *In*: Magalhães, Isabel Allegro de (coord.). **História e Antologia da Literatura Portuguesa Século XV**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998. p. 17-18, 53-66.
- SILVA, Joaquim Carvalho da. **Dicionário da língua Portuguesa Medieval**. 2. ed. rev. ampl. Londrina: EDUEL, 2009. 310p.

SOUSA, Fernanda Cunha *et al.* O ensino de latim no Brasil: um passado e várias perspectivas. **Revista Trem de Letras**, Alfenas, MG, v. 6, n. 2, p. 1-21, 2019.

VERONEZ, M. Relações e reflexões entre a competência linguística de Noam Chomsky e a competência discursiva de Dominique Maingueneau. **Domínios de Linguagem**, Uberlândia, v. 10, n. 3, p. 1133–1145, 2016. DOI: 10.14393/DL23-v10n3a2016-18. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/32580>>. Acesso em: 5 dez. 2022.

VIARO, Mário Eduardo. **Manual de Etimologia do Português**. 2 ed. São Paulo: Globo Livros, 2013.